

Exma. Senhora  
Dr.ª Catarina Gamboa  
Chefe do Gabinete do Senhor Secretário de  
Estado dos Assuntos Parlamentares  
Palácio de São Bento  
1249-068 Lisboa

SUA REFERÊNCIA	SUA COMUNICAÇÃO DE	NOSSA REFERÊNCIA	DATA
Ofício 2638	29-06-2020		

**ASSUNTO: Pergunta n.º 3640/XIV/1.ª, de 29 de junho de 2020, PEV  
Abatimento de solo nas antigas minas de Jales, em Vila Pouca de Aguiar**

Em resposta à Pergunta n.º 3640/XIV/1.ª, de 29 de junho de 2020, apresentada pela Senhora Deputada Mariana Silva e pelo Senhor Deputado José Luís Ferreira do Grupo Parlamentar do Partido Ecologista Os Verdes (PEV), encarrega-me o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática de transmitir o seguinte:

**1 - Quais os resultados e conclusões dos relatórios técnicos que se encontravam em análise pela Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), em colaboração com especialistas em geotecnia nacionais e internacionais?**

O abatimento de 2018 foi reportado à Empresa de Desenvolvimento Mineiro, S.A. (EDM), pela Direção-Geral de Energia e Geologia, tendo ocorrido no quintal de uma casa particular (de férias), e posteriormente em troço da Estrada Municipal (EM1172-1) contíguo ao referido quintal. A EDM decidiu iniciar um diagnóstico de caracterização do fenómeno das subsidências verificadas em Jales de forma integrada e abrangente.

Perante a impossibilidade de acessos às galerias, foi necessário recorrer a diversas técnicas e análises (levantamentos aerofotogramétricos, produção de cartografia, trabalhos geofísicos - georadar loza de baixa frequência -, trabalhos de tomografia de resistividade elétrica e trabalhos de interferometria SAR), visando identificar um eventual relacionamento das subsidências visíveis à superfície com os movimentos e abatimentos das antigas galerias subterrâneas da antiga mina, estudos que, pela sua própria natureza e complexidade, se prolongaram por 2018 e 2019, tendo os relatórios de caracterização sido apresentados no final do ano de 2019.

Os resultados e conclusões dos relatórios técnicos apresentados, que visavam uma caracterização dos abatimentos ocorridos em abril de 2018, foram amplamente discutidos com os seus autores, bem como com consultores nacionais e internacionais com experiência neste tipo de fenómeno, com a academia e com empresas de geologia e geotecnia.

Foi consensual a conclusão de que se trata de um fenómeno muito complexo com uma zona ativa identificada, com muitos vazios (que importava detalhar em dimensão e natureza dos solos só possível com sondagens) e que merece ser estudada em pormenor.

As soluções técnicas suscitadas nos relatórios para a eventual resolução das subsidências não foram consensuais quanto à forma da sua concretização, ou resolução do problema e no risco inerente aquando da sua execução, pelo que se concluiu que seria necessário dar continuidade à investigação aprofundada do fenómeno de forma a obter um conhecimento mais sólido dos fenómenos ocorrentes na tentativa da sua compreensão e da previsão da sua progressão, reduzindo os níveis de incerteza associados e mitigando os impactos resultantes verificados à superfície, na área da antiga exploração mineira que se estende à superfície por cerca de 3 Km e em profundidade por 16 galerias com uma profundidade de cerca de 600m.

**2 - Qual o ponto de situação relativamente às ações previstas realizar para garantir a segurança das populações, das vias de acesso existentes e do edificado, nomeadamente as ações de monitorização abrangentes e em contínuo em toda a área mineira, as ações de intervenção imediata na área ativa do abatimento e as ações estruturais de intervenção a médio prazo nas restantes área de desenvolvimento da infraestrutura mineira, assim como outras que viessem a resultar do Plano de Monitorização, tal como referido na resposta do Governo à pergunta do PEV?**

O Plano de Instrumentação, Monitorização e Acompanhamento Técnico na antiga área mineira de Jales encontra-se em curso e permite uma análise de estabilidade em tempo real, ou muito pouco diferida no tempo, com a emissão de alertas caso sejam atingidos elevados níveis de perigosidade geotécnica. Estes trabalhos permitirão a obtenção de dados, que serão cruzados com toda a informação já existente em termos complementares, consolidando a tipologia e a localização da intervenção futura.

Uma das ações chave deste Plano é a concretização de sondagens, atualmente em execução (tendo, contudo, nesta data sido já concluídas 4 sondagens), com recolha de testemunho.

Estas sondagens permitirão uma análise mais precisa das características mecânicas do solo/rocha, do seu estado e dos vazios existentes que possam justificar os abatimentos e, conseqüentemente, a definição e a tipologia das melhores soluções técnicas a aplicar, de modo a resolver ou mitigar os abatimentos à superfície - não só nos locais dos atuais abatimentos identificados, como em toda a área das galerias de exploração da antiga mina, indicando, ainda, de forma precisa, os deslocamentos que se venham a

verificar (cadastrando-os) de modo a possibilitar eventuais alertas de perigo e a definição de soluções estruturais a médio/longo prazo.

Todas as ações previstas no âmbito do Plano são articuladas com a Câmara de Vila Pouca de Aguiar e os Serviços Municipais de Proteção Civil para o garante da segurança das populações, das vias de acesso existentes e do edificado.

### **3 - Quais os prazos definidos para o início dessa intervenção e qual o tempo de duração?**

O Plano de Ação encontra-se em curso desde 2018 (engloba a fase de caracterização, concluída em 2019). O Plano de Instrumentação, Monitorização e Acompanhamento Técnico encontra-se, igualmente, em curso, tendo sido iniciado em maio de 2020, com um atraso fruto da pandemia da COVID-19, e decorrerá durante 24 meses.

### **4 - Qual o ponto de situação do Plano de Monitorização que o Governo referiu estar em curso, assim como a realização de ensaios complementares na zona ativa do abatimento, envolvendo sondagens de investigação dos solos e vazios?**

Conforme referido anteriormente, o Plano encontra-se em curso, tendo as sondagens sido iniciadas na zona ativa, nomeadamente com a interdição do quintal particular e do troço da EM1172-1 na semana de 20 de julho de 2020.

### **5 - Tendo em conta que se previa, segundo o Governo, que o concurso para a empreitada de consolidação daquela zona específica de abatimento fosse lançado até ao final do 1.º semestre de 2020, podendo mesmo ser antecipado em função dos resultados obtidos nas sondagens de investigação, qual o seu ponto de situação neste momento?**

Após os trabalhos iniciais efetuados e já referenciados para conhecimento do fenómeno de subsidências ocorridas em Jales (caracterização dos abatimentos), cujas conclusões não foram suficientemente abrangentes para a sua compreensão, considerou-se necessário dar continuidade ao conhecimento técnico especializado nesta área com a finalidade de conjugar e complementar o conhecimento já adquirido para a resolução do fenómeno, em alternativa à concretização de uma solução técnica eventualmente ineficaz e paliativa e não resolutiva como pretendido.

Pretende-se que seja desenvolvida uma solução de estabilização da área dos abatimentos verificados, em concreto na zona identificada como sendo a mais crítica, mas também abrangente a toda a área mineira fustigada por este fenómeno. Para o efeito, será tido em conta o resultado dos atuais trabalhos decorrentes do Plano de Instrumentação, Monitorização e Acompanhamento Técnico, em curso, que,



REPÚBLICA  
PORTUGUESA

GABINETE DO MINISTRO  
DO AMBIENTE E DA  
AÇÃO CLIMÁTICA

conjugado com os resultados anteriores, permitirá que sejam propostas soluções técnicas que contribuam para a mitigação das subsidiências detetadas naquela antiga área mineira.

Com os melhores cumprimentos, *também pessoais*

A Chefe do Gabinete

Ana Cisa

LM/JP